



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**N.º 12**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA**

**EM 31 DE MAIO DE 2021**

# ÍNDICE

<b>ORDEM DO DIA .....</b>	<b>3</b>
<b>PONTO ÚNICO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE</b>	
<b>2020 .....</b>	<b>3</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>27</b>

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

## **ORDEM DO DIA**

### **Ponto único – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No ano de 2020 procedeu-se à alteração de sistema contabilístico, efetuando-se a transição do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e para a tomada de decisões.

A estrutura conceitual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro deve incidir genericamente, sobre:

- a) A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- b) O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- c) A Informação financeira e não financeira prospetiva;
- d) A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço das entidades públicas no período de relato e os pressupostos que suportam as expetativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

Dando assim cumprimento ao estipulado no SNC-AP elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2020 e o Relatório de Gestão de 2020, que são acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2020, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2020, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2020” e “Relatório de Gestão de 2020” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, o senhor presidente começou a sua intervenção lembrando que no ano de 2020 procederam a uma profunda alteração no sistema contabilístico com a transição do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, vulgarmente designado por POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado de SNC-AP. Não obstante esta transição que nos condicionou no tempo e em recursos humanos, está a funcionar em pleno. Como se isso “per si” não fora já um grande e extraordinário desafio de superação, o ano em análise trouxe consigo uma das piores crises pandémicas de que não há memória. O mundo e o nosso país em particular, viram-se envolvidos numa crise profunda e singular provocada pela pandemia Covid-19. O período de confinamento representou um esforço monumental por parte dos indivíduos e respetivas famílias, do tecido empresarial, das instituições particulares de solidariedade social, do movimento associativo, enfim, de toda a sociedade em que todos estão inseridos.

Recordou que o isolamento não só quebrou a regularidade dos laços e das ligações sociais em copresença e proximidade física, como contínua a gerar um conjunto de processos disruptivos decorrentes do confinamento e do prolongamento de um somatório de restrições sociais e cívicas neste ciclo pandémico que ainda está longe de terminar. O que se está a vivenciar representa uma anormalidade que não se deve transformar no novo normal.

Os desafios da descentralização de competências, do equilíbrio das contas públicas, a manutenção do prazo médio de pagamento a fornecedores (abaixo dos 60 dias), os procedimentos necessários à persecução das candidaturas, no âmbito do quadro comunitário, a continuação da redução da dívida, o aumento do investimento, diria que da análise e apreciação dos documentos em apreciação, a primeira conclusão

que se retira é que a execução do orçamento demonstra que uma vez mais, os documentos previsionais, foram elaborados com rigor e exatidão.

De seguida, sumariamente, informou que:

- O valor total da dívida da Câmara Municipal de Alcochete, no encerramento do ano de 2020, foi de €6.327.266,55, incluindo o valor de €1.230.000,00 referente à obra “Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Valbom”, o que ainda assim se registou em decréscimo de 17,17% do valor total da dívida face ao período homólogo, que era de €7.694.850,61. Recordou que a 23 de outubro de 2017, aquando da tomada de posse do presente executivo, a dívida existente era de €9.800.810,41.
- O resultado líquido do exercício do ano de 2020, apresenta um resultado negativo de €1.383.829,25, recordando que o resultado líquido de 2019 foi de €358.550,98. Salientou que o resultado de 2020, atendendo aos pressupostos já referidos e a outros que serão acrescentados, não se manifesta preocupante, considerando o excelente rigor financeiro que tem sido implementado ao longo do presente mandato, lembrando que a autarquia não tem como fim o lucro, mas a prestação inequívoca daquilo que se designa por serviço público. Evidenciou que as prioridades, metas e objetivos para o ano de 2020, foram, claramente, de apoiar de forma única e incondicional toda a população do concelho e, sobretudo, a mais vulnerável ao abrigo da Ação Social.

Referiu que as medidas de apoio às pessoas, empresas e instituições tiveram uma enorme influência no resultado alcançado. As reduções que foram implementadas no valor total da fatura da água, quer para consumo doméstico, quer para consumo não doméstico representou uma perda de receita de cerca de €1.000.000,00. A aquisição de equipamentos de proteção individual, máscaras, produtos desinfetantes, álcool gel, entre outros, teve um peso significativo na despesa.

A depreciação do exercício relativamente à inventariação de bens de domínio público, tem vindo em crescimento absoluto, bem como, o trabalho que tem sido desenvolvido na resolução de fatores socioeconómicos que afetam os trabalhadores da autarquia, tais como, a mobilidade intercarreiras, regulação de contratos precários, as atualizações das remunerações, a integração de novos trabalhadores, entre outros, todos eles tiveram um peso significativo na despesa.

- O Saldo de Gerência de 2020 apresenta um valor de €5.000.319,49, tendo sido registado um decréscimo de 41,82% face ao ano de 2019 que foi de €8.595.809,03. Este decréscimo assenta, sobretudo, na redução da receita, em contraciclo com o aumento da despesa e com o investimento que atingiu valores nunca foram alcançados por esta autarquia;
- O grau de execução da Receita para o ano de 2020, em termos percentuais é de 90,49% e em termos de variação absoluta é de €17.342.748,09, acrescendo o Saldo de Gerência de 2019, que integrado no orçamento de 2020, resulta numa receita de €24.724.741,09. Comparativamente ao período homólogo, o grau de execução reduziu, considerando que em 2019 este grau ultrapassou os 100%, situando-se em 101,59%;
- No que diz respeito à Despesa, o grau de execução, em termos de variação percentual é de 75,08%, o que corresponde em termos de variação absoluta ao valor de €20.938.237,63. Ainda no capítulo da variação percentual, esta teve um ligeiro crescimento face ao ano de 2019, cujo grau de execução atingiu o valor de 73,96% no que diz respeito às Grandes Opções do Plano que inclui toda a despesa de capital, parte da despesa corrente, identificada como despesa mais relevante, onde o grau de execução em 2020 foi de 67,84%, a que corresponde, em termos de valor absoluto €9.470.362,88, tendo havido um aumento de cerca de 10%, comparativamente ao grau de execução atingido em 2019, que se cifrou em 56,08%;

- O Plano Plurianual de Investimentos, onde se inclui as grandes obras e todos os investimentos desenvolvidos por este executivo no ano de 2020, sendo que, quer em valor percentual, quer em valor absoluto, é o melhor valor da Câmara Municipal de Alcochete, no que diz respeito às grandes obras e aos investimentos efetuados num só ano. Em termos de variação percentual atingiu os 60,89%, sendo que o histórico se cifra entre os 26% e os 35%, ao longo dos mais de 46 anos de democracia e de existência do Poder Local. Em termo de valor absoluto foi atingido o valor de €5.718.099,12, portanto o melhor resultado de sempre da Câmara Municipal de Alcochete.
  
- Respeitante ao PPI, Plano Plurianual de Investimentos, destacou os seguintes investimentos:
  - Beneficiação e remodelação, bem como ampliação dos edifícios municipais, um investimento de cerca de €230.000,00;
  - Requalificação e ampliação da Escola Básica do Valbom, um investimento de cerca de €1.900.000,00;
  - Requalificação do Polidesportivo de Alcochete, num investimento que ronda os €180.000,00;
  - Requalificação da rua do Láparo, num investimento de cerca de €750.000,00;
  - Recuperação e reabilitação de estradas e caminho, mormente, rede viária, um investimento que ascendeu os €920.000,00;
  - Aquisição de viaturas operacionais, um investimento que rondou os €850.000,00;
  - Outros investimentos nos serviços municipais, cujo valor ultrapassou cerca de €250.000,00.
  
- Quanto às Atividades Mais Relevantes, que se incluí nesta rubrica as despesas de capital, nomeadamente, as amortizações dos empréstimos e outras despesas correntes de enorme relevo, como é o caso da Amarsul,



Simarsul, iluminação pública, entre outros. O grau de execução em 2020, atinge o valor percentual de 82,13%, o que corresponde ao valor absoluto de €3.752.263,76. Comparativamente ao período homólogo, há uma redução de cerca de 8%, se se tiver em consideração que o grau de execução em 2019 foi de 90,65%;

- No que diz respeito ao endividamento, recordou que a dívida total em 2017 representava 55,89% da média da receita corrente. No encerramento do ano de 2020, corresponde a 35,25%, significando que se no encerramento do ano de 2020, se tivesse liquidado a dívida total do município, sobraria em média cerca de 65% da receita corrente. No final do ano de 2019, a margem de endividamento era de €3.510.898,00, sendo que, aquando do encerramento do ano de 2017 o valor limite de endividamento ultrapassava pouco de €2.000.000,00. No encerramento de contas do ano de 2020 o valor de endividamento se cifrou em €4.084.915,00;
- No que diz respeito à Receita para o ano de 2020, salientou que houve um contributo decisivo para a redução da mesma, contudo, essa redução teve um contributo importantíssimo no seio do quadro familiar, quer das pessoas, quer das empresas.
  - IMI – Em 2019 foi aplicada a taxa no orçamento para 2020 de 0,39, uma redução de 5,26% da taxa líquida relativamente a 2019, com reflexo em 2020.

Mencionou que quando o presente executivo tomou posse, vigorava a taxa máxima de IMI, de 0,45, em 2018 este executivo reduziu o IMI para 0,445, aplicando o IMI familiar, em 2019 reduziu para 0,425, em 2020 para 0,399, recordando que a taxa que vigora em 2021 é de 0,38, importando salientar que o facto de estar implementado o IMI familiar que proporciona as seguintes deduções físicas:

- 1 filho deduz €20;
- 2 filhos deduz €40;
- 3 ou mais filhos, terá uma dedução de €70.

- Derrama – Tal como aconteceu em período homólogo, vigorou uma derrama reduzida de 1% para as empresas que tivessem um volume de negócio inferior a €150.000,00. Porém, houve uma alteração da legislação, pelo que já não é possível aplicar a isenção dessa mesma derrama.

Seguidamente, referiu que é absolutamente fundamental não perder o foco naquilo que é importante na sociedade civil, ou seja, as pessoas, a razão da existência do presente executivo, para quem trabalham todos os dias e, relativamente a estas, salientou que no ano de 2020, tal como aconteceu em 2018, em 2019 e tal como está a acontecer em 2021, nunca o presente executivo baixou os braços, estando convicto que os munícipes têm consciência desse inegável esforço. A trabalhar em condições invulgares e difíceis, contudo, o resultado está à vista de todos, um concelho ferido na sua economia, mas pujante e determinado na recuperação rápida da normalidade que todos desejam.

Considera que da leitura séria e atenta dos documentos apresentados, há uma conclusão óbvia a retirar, a redução significativa da dívida e o aumento exponencial do investimento.

O senhor vereador Pedro Louro começou a sua intervenção por referir que o ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia e realçou que da sua parte o senhor presidente sempre teve a sua total aprovação para as políticas necessárias ao combate do impacto sentido, essencialmente, pelas pessoas e pelas empresas. Sempre esteve ao lado da solução com apresentação de propostas concretas, não deixando de alertar para os setores que precisavam de um olhar diferenciado.

Mencionou que o exercício do ano de 2020 terminou com resultado negativo de €1.742.000,00, mas recuperando devido ao resultado positivo do ano de 2019, fechando, assim, o exercício com o valor negativo de €1.383.000,00.

Da análise do Relatório de Gestão, salienta como positivo a contratação de recursos humanos na área operacional, sendo para si também um fator positivo o equilíbrio entre o público e o privado, com contratações em vários setores de empresas privadas.

Salientou que compreendia a taxa de execução dos GOP de 68% num ano pandémico, contudo, considera que este deve ser criteriosamente analisado, dado que, para uma boa execução deve o mesmo estar acima dos 75%.

Quanto ao Orçamento da Despesa, 75%, não acompanha o Orçamento da Receita que se encontra em 90%. Salientou como positivo a receita do IMT a aumentar 18,76 e compreende a perda de receita do IMI consubstanciada na política da baixa do imposto municipal.

Os impostos indiretos em 2020 baixaram, sobretudo devido à contração nos loteamentos e obras, o que é preocupante, relativamente a esta área. A receita em publicidade também baixou em relação ao período homologado, como também as transferências correntes, o FEF baixou, o IRS aumentou, porém, é uma receita que muito provavelmente vai cair em 2021, dado que a receita em 2020 foi referente ao IRS de 2019, pelo que, em 2020 com a quebra de rendimentos é uma receita que no próximo ano irá diminuir.

A prestação de serviços e venda de bens também baixou, essencialmente as receitas provenientes da água que apresenta o valor €350.000,00, salientando que sempre se alertou que seria mais prudente ter-se aplicado a redução do valor da fatura da água a quem tivesse perdido rendimentos e não ser uma medida universal.

Considerou que em 2021 deve haver uma contenção na despesa, para um rápido equilíbrio orçamental, podendo passar por um orçamento retificativo. Porém, não pretende dizer que não se deve gastar dinheiro com quem mais precisa, nomeadamente, apoiando as famílias em dificuldades, os bombeiros e os pequenos empresários, dado que são eles que vão criar empregos.

O Saldo de Gerência teve uma quebra de €1.200.000,00, não se traduzindo em falta de liquidez, contudo, existe um desnível.

Como indicador positivo, salientou a autonomia financeira que apresenta um valor superior a 2019, dando como evidência as políticas criteriosas que considera importante manter. A capacidade de endividamento do município também é um fator positivo e se houver ajudas também com as alterações das NUT, provavelmente será possível criar obras extraordinárias.

Quanto ao saldo de fornecedores, considera importante ter-se uma autarquia que seja uma boa pagadora, não obstante, os dois processos jurídicos que se arrastam referente à Simarsul e Câmara Municipal do Montijo e dado os auditores já terem referido que em relação à Câmara Municipal do Montijo se possa improceder, na sua totalidade, o pagamento dos €278.000,00 de dívida, considerando por isso ser necessário chegar a um acordo.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que quando se apresenta um orçamento onde a abundância financeira é saudável, é de facto muito mais fácil e motivante apresentar um orçamento, pese embora, o resultado do ano de 2020 seja negativo em €1.383.829,25, querendo dizer na prática que houve muito mais despesa do que receita. Na opinião dos eleitos da CDU o problema não se deve tanto à quebra da receita, mas sim à despesa (possivelmente a mesma teve um mau controlo).

Considera que não se pode fazer termos comparativos com o ano de 2017, porque as circunstâncias eram outras, não só para a Câmara Municipal de Alcochete, como também para as restantes 307 municípios do país, dado que todos tiveram dificuldades.

Recordou que o anterior executivo teve de elaborar o Plano de Saneamento Financeiro e cobrar as taxas máximas, porque a grande receita do orçamento da câmara é do fundo proveniente de 2/3 das receitas própria. Existem municípios que só com o FEF (verbas transferidas pelo Estado), quase compõem o orçamento, mas não é o caso de Alcochete, porque o seu orçamento vive à conta das suas receitas

próprias, como o IMI, IMT, Derrama, IUC, da água e restantes taxas. O município de Alcochete ainda é o quinto município entre os 308, que menos verbas recebe do FEF e recorda-se que nos anos da Troika, além de Alcochete ser castigado por inerência da crise económica, ainda levou um corte nas transferências das verbas, pelo que, esses anos não foram nada fáceis, contudo, nunca baixaram os braços mesmo num mandato de grande crise económica, nem impediu de continuar a sonhar, a projetar e realizar obras, tais como: o “Passeio do Tejo”, a praça da República do Samouco, o Parque de Merendas da Fonte da Senhora e muitas outras obras que conseguiram concretizar e muitas outras que, como é sabido, por inerência dos resultados da última eleição autárquica realizada em 2017, não conseguiram concretizar, estando este executivo e bem a concretizá-las.

No que diz respeito ao referido pelo senhor presidente quanto ao orçamento, às contas e execução das obras, considera que esse resultado é consequência da saúde financeira da câmara, esperando que assim se mantenha. Só lamenta o resultado negativo, recordando que os eleitos da CDU sempre apoiaram as medidas de apoio às famílias e às empresas votando a favor das propostas apresentadas para o efeito, lembrando que os mesmos quiseram ir mais além quando apresentaram no mês de setembro uma proposta para serem retomadas as reduções da fatura da água em 30% e 35%, tendo a mesma sido reprovada.

Também se lembra de serem apresentados pelo atual executivo em reunião de câmara Saldos de Tesouraria, pelo menos um de €12.000.000,00 e outro de €10.000.000,00, enquanto o anterior executivo tinha Orçamentos no valor de €14.000.000,00, ou seja, praticamente idêntico aos Saldos de Tesouraria apresentados neste mandato. Felizmente que nestes últimos anos os Orçamentos têm sido de €19.000.000,00, o que dá mais margem para trabalhar (e isto sem a integração do Saldo de Gerência), se não seria praticamente €25.000.000,00, mas fica agradado pelo facto de o município viver tempos de saúde financeira.

O senhor presidente referiu que o resultado negativo apresentado é um resultado que não inspira preocupação, salientando que este cenário surge no seguimento de um ano completamente atípico, recordando que o limite de endividamento ascende os

€4.000.000,00, pelo que, era fácil este resultado líquido deixar de ser rapidamente negativo e passar, inclusivamente, a ser positivo, se porventura se seguisse o caminho do endividamento. Mas, enquanto se poder realizar o brutal investimento que este executivo está a realizar, não recorrendo ao financiamento para esse efeito, considerou ser uma boa medida, no que diz respeito à gestão.

Quando o senhor vereador Jorge Giro afirma que houve uma falta de controlo, no que diz respeito à despesa, salientou que houve menos receita e que se gastou o que tinha que se gastar em função da pandemia que se está a vivenciar e em função daquilo a que o quadro comunitário condiciona, muito por força das empreitadas que se estão a desenvolver e que têm apoios comunitários e para os quais existem “timings” para desenvolver essas mesmas obras e da necessidade de verba para liquidar a parte que compete à autarquia.

Seguidamente, mencionou que as medidas de apoio, nomeadamente, as reduções no valor total das faturas da água, foram efetuadas pelo tempo estritamente necessário, porque era uma receita que a câmara deixava de receber, tendo havido uma perda de receita de cerca de €1.000.000,00 e este valor seria significativamente maior, quanto maior fosse o tempo de aplicabilidade dessas reduções.

Depois, referiu que quando o presente executivo tomou posse a taxa do IMI que vigorava no Município de Alcochete era a taxa máxima que era possível na altura (0,35), permanecendo ainda nos dias de hoje de acordo com a legislação em vigor, contudo essa taxa vigorava há 12 anos, portanto, considera que a questão inerente à crise é um mito, porque a mesma já vigorava há muitos anos.

Relativamente à questão da crise que se iniciou com a economia norte-americana e que atingiu um ponto crítico com a falência do *Lehman Brothers* e de outras instituições que assumiam papéis principais no mundo inteiro, fazendo uma analogia com o ano de 2020, a economia não registava uma queda perto dos 8% desde a crise de 1928 quando Oliveira Salazar foi Ministro das Finanças. É um facto que a economia acabou por se afundar menos do que se esperava no ano transato, porém, não deixa de ficar na história da Democracia, como a maior de sempre dos últimos

46 anos. A quebra de 0,6% em 2020 é mais grave que a crise de 1975 em plena abolição política após a revolução e com aumentos de 20% no que diz respeito ao preço do petróleo e ainda não terminou este ciclo pandémico, sendo também esta crise, em apenas 12 meses, mais profunda do que a crise vivida entre 2011 e 2013, durante o programa da *Troika*, na sequência da crise da dívida. O ano de 2020 também fica na história como o ano em que Portugal sofreu a segunda grande pandemia dos últimos 120 anos. Salientou que a economia não registava uma queda muito perto dos 8% (7,6%) em 2020 desde a crise de 1928. A crise que envolveu o passado, que é um facto, não foi contudo, uma crise que começou em 2015 e que terminou em 2017. É um facto que o município de Alcochete teve problemas financeiros, mas não justifica aquilo que não foi realizado nos últimos 12 anos.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que o senhor presidente diz que é mito, porque não passou pela situação. Não é mito que a *Troika* esteve em Portugal, tendo havido até um governo que na altura mandou os jovens imigrar. Não é um mito porque o desemprego esteve altíssimo e as câmaras municipais foram obrigadas a reduzir 2% dos seus trabalhadores com reflexo principalmente nas áreas operacionais. É verdade e não é mito que houve uma crise entre 2008/2009 até 2015 e que a partir daí a situação começou a melhorar, tanto que em 2017 quando o anterior executivo perdeu as eleições já a câmara apresentava um Saldo de Tesouraria de cerca de €4.500.000,00, contudo chegou a ter Saldos de Tesouraria de €200.000,00, porque não havia entradas de dinheiro. Recordou que em 2005, aquando do primeiro mandato do anterior executivo, o IMI também foi reduzido de 0,45 para 0,40, porque havia condições financeiras para essa redução, mantendo-se por muitos anos e foi o Plano de Saneamento Financeiro que fez disparar o IMI para o máximo e não ao longo de 12 anos.

O presente executivo tinha as condições financeiras necessárias para reduzir o IMI e possivelmente, em vez de reduzir de 0,38 e depois para 0,37 e 0,36, considera que podia aplicar uma taxa mais baixa logo no primeiro ano, porque tinha condições para isso. Poderiam efetuar uma descida acentuada para que as pessoas, efetivamente, vissem refletido a baixa do valor do IMI e não de forma paulatina.

Mencionou que não disse que o Orçamento agora apresentado, não era um bom orçamento e que estava triste por haver €1.300.000,00 de défice nas contas, apenas realçou a evidência dos relatórios, haver mais despesa do que receita.

O senhor presidente referiu que quando utilizou a expressão ou palavra “mito”, não está a querer dizer que a crise não existiu, mas atendendo aos números que referiu, a pior crise que existiu foi, precisamente em 2020, com uma quebra de perto de 8% da economia, pior que esta só em 1928. São os entendidos na matéria dizem que em esta crise em apenas 12 meses é mais profunda que a crise vivida entre 2011 e 2013, durante o programa da Troika.

Quando fala em mito, quer dizer que é necessário haver um desprender daquilo que foi a inoperacionalidade de 12 anos, justificada pela crise, ou seja, de 2005 a 2017, são (cerca de 12 anos), pelo que há muito tempo para se fazer muita coisa. De facto existiu um sério problema económico no nosso país, que começou em 2009 que se prolongou no tempo, mas em 2015 já se estava numa fase ascendente da economia e em tempo de crise quando não há receita, deve-se poupar, contudo o anterior executivo não se coibiu de gastar da forma como entendeu, em detrimento do investimento, como os gastos com o combustível e com as telecomunicações e o facto de existir mais um vereador que corresponde a cerca de €40.000,00/ano, ou seja, o anterior executivo não pensou nas pessoas que representava e naquilo que são as carências e as necessidades das pessoas. considera que também poderia falar de outras situações, por exemplo, o valor da dívida e, nomeadamente os processos que se encontram em curso no tribunal, em cerca de €4.000.000,00, tendo sérias dúvidas que mais 50% deste valor a autarquia não tenha de pagar.

Mais considerou, que quando não há entrada de dinheiro, se deve poupar e não existe nenhum sinal e vestígio que o anterior executivo tenha poupado naquilo que teve ao seu dispor em prol da comunidade ou da sociedade que representavam. Portanto, se justificar a inoperacionalidade de investimento, a passividade de não se fazer isto ou aquilo, assente única e exclusivamente na crise, é o que chama de “mito” e que interessa desmistificar.



O senhor vereador Jorge Giro mencionou que os advogados da autarquia apontam para que o município tenha razão quanto aos processos interpostos no Tribunal, nomeadamente, em relação à Simarsul, dado que a câmara municipal o que sempre contestou foram as faturas, porque, na altura os valores mínimos garantidos estavam a ser faturados para uma estimativa de uma população em 2010 ou 2011, de cerca de 18.000 habitantes ou 20.000 habitantes, ou seja muito além da população que o concelho de Alcochete tinha. Os caudalímetros eram para entrar em funcionamento em 2011, porém só entraram em vigor dois anos depois, contudo a autarquia continuou a pagar, em vez da fatura real como se faz com a água, esteve a pagar sob os valores mínimos garantidos. Salientou que foi efetuado um estudo por uma alta patente especializada na matéria, ligada ao Instituto Superior Técnico, que aferiu que a faturação total da Câmara Municipal de Alcochete dava cerca de 40% a mais daquilo que efetivamente se deveria pagar e, em termos de valor, em dois anos resultou em €800.000,00. Este estudo/tese foi a base para se submeter o processo em Tribunal. O vereador, enquanto testemunha da autarquia esteve presente numa audiência, onde explicou a situação, tendo a senhora juíza afirmado que de facto a câmara teria de pagar, mas não pagar todo o valor apresentado.

A equipa de juristas da autarquia, que desde sempre acompanharam esta matéria dizem que Alcochete tem razão, contudo, vem agora o senhor presidente dizer que talvez a autarquia não a tenha.

Considerou que o senhor presidente, aquando da tomada de posse, se tinha dúvidas em relação às contas da câmara municipal, deveria ter feito o mesmo que em 2005: foi realizada uma auditoria financeira às contas deixadas pelo Partido Socialista. A primeira e mais relevante conclusão dessa auditoria externa residiu na existência de um positivo omitido, isto é, encargos assumidos e não relevados na contabilidade de cerca de €1.773.000,00, possivelmente faturas que foram deixadas numa gaveta e que não foram plasmadas na contabilidade.

Mais considerou, que tudo o que disse não é um “mito”, porque se o atual executivo achou que houve despesas que não deveriam ter sido efetuadas pelo anterior

executivo, agora, os eleitos da CDU também acham que houve despesas que o atual executivo fez, que possivelmente não deveriam ter realizado.

Salientou que nos últimos 12 anos transformaram Alcochete conforme se conhece agora, foi realizado um pensamento que está a ser elaborado, logo, não houve qualquer passividade ou falta de vontade, apenas foi realizado aquilo que tinha de ser efetuado, mediante as condições existentes. Se o atual executivo tem a consciência que estão a fazer tudo o que podem, mediante as condições que têm, tudo bem, contudo, se hoje tivesse sentado no lugar do senhor presidente, possivelmente faria coisas diferentes, tal como se o senhor presidente tivesse no executivo há 4 anos, faria coisas diferentes.

O senhor presidente relativamente à questão da Simarsul, referiu que existe legislação, o Decreto-Lei de 2014, que obriga a autarquia a realizar pagamentos por conta a esta entidade. Salientou que até à data da tomada de posse do executivo (23 de outubro de 2017), não tinha sido efetuado nenhum pagamento e por isso o município de Alcochete incorria em coimas que oscilavam entre os €250.000,00 e €500.000,00. Perante isso, o presente executivo assumiu essa situação, no sentido de não penalizar o município.

No que concerne ao estudo realizado pelo professor Levi, informou que curiosamente já ouviu falar muitas vezes sobre o mesmo, contudo, nunca o viu, nem sequer existe nos serviços técnicos da autarquia esse estudo.

Mencionou que qualquer advogado que se prese tem sempre a expectativa de esgrimir os seus argumentos e que eles sejam superiores ao do adversário, mas ele tem dúvidas que assentam nas ações que vão decorrendo em Tribunal e que já passaram por duas fases e sempre contra o município de Alcochete. Portanto, a expectativa que tem relativamente ao resultado é desanimador, sendo expeável que o município de Alcochete não tenha razão nessa matéria, bem como em outras, sendo a dívida ao SMAS do Montijo um bom exemplo disso mesmo, que entretanto já ultrapassou tudo o que tinha para ultrapassar não havendo já possibilidade de apresentar recurso e, assim, a autarquia terá de pagar esta dívida de cerca de €300.000,00 à Câmara

Municipal do Montijo, ou seja, um problema que este executivo vai ter que resolver, porque o anterior executivo não resolveu em 12 anos, por ter a expectativa que o Tribunal tivesse uma resolução diferente.

Salientou que o atual executivo não funciona dessa forma e quando tomaram posse já conheciam exatamente o estado em que o concelho de Alcochete se encontrava, do ponto de vista: das infraestruturas escolares e desportivas, dos edifícios e equipamentos municipais, da rede viária, parques infantis, higiene urbana, entre outros e todos estes se encontravam num estado desolador, pelo que, se ao longo destes últimos 3 anos e meio nada fosse feito, todos os presentes na sala se assustariam com os valores dos Resumos Diários da Tesouraria, porque era só dinheiro a entrar sem sair, mas como esse não é o papel de uma câmara municipal, (o papel desta é servir as populações) e o presente executivo com eleitos pelo povo, está a cumprir esse papel e com este executivo não há faturas debaixo das gavetas, nem processos colocados em Tribunal, existe sim, seriedade e rigor.

O senhor vereador Jorge Giro questionou o senhor presidente em relação a quantos processos existem em Tribunal atualmente e qual o conteúdo de cada um. De seguida, alertou o senhor presidente para o facto de referir com grande frequência os orçamentos anteriores ao seu mandato, focando-se particularmente no ano de 2017.

Salientou, ainda, que esse ano, assim como os anos anteriores, foi bastante difícil tanto em termos de execução orçamental, como para os munícipes, mas que tal não deverá ser razão suficiente para ser citado constantemente. A título de exemplo, referiu a subida do IMI e das tarifas da água, analisando, em simultâneo, a existência de credores com algumas dificuldades no recebimento dos valores e alertando que a média de dias para pagamento das faturas por parte do Município, no último ano de mandato, já apresentava um valor semelhante ao praticado atualmente.

O senhor vereador concluiu ainda que, durante a campanha eleitoral do PS, o senhor presidente afirmara que a autarquia tinha um prazo médio de cerca de 200 dias, na

medida em que foi incluída a empresa Simarsul e o seu processo em contencioso, induzindo a informação global em erro.

Por fim, voltou a reforçar que o ano de 2017 e os anteriores foram, de facto, anos nos quais a autarquia apresentou grandes dificuldades em elaborar os pagamentos aos seus credores, com opções difíceis de coordenar e com medidas específicas para gerar fonte de receita, admitindo ter sentido alguma penalização pela situação. No entanto, face à situação atual, com prazos bastante mais curtos, aguarda que tudo se mantenha assim, promovendo o equilíbrio entre todos.

O senhor presidente fez uma intervenção, esclarecendo todos no âmbito de duas questões: a primeira, em relação à data de referência do ano de 2017, na medida em que marca o ponto de partida para o trabalho realizado pelo presente executivo, e a segunda, em relação ao prazo médio para pagamento aos credores no mesmo ano, o qual se situava nos 256 dias, salientando a atual diferença na ordem dos 60 dias.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares fez uma intervenção no sentido de esclarecer o senhor vereador Jorge Giro quanto à dúvida das empresas que apresentam dívida ao Município. Foi enviada por *e-mail*, para todos os senhores vereadores, uma informação referente ao Relatório de Prestação de Contas 2020, constando na sua página n.º 28 todas as entidades e o valor em dívida.

No que diz respeito ao Plano de Saneamento, a senhora vereadora esclareceu que foi pago por todos os munícipes, pois o Tribunal de Contas não autorizou o pedido de crédito do Município.

Em relação ao ponto único da presente reunião, a senhora vereadora assumiu que, apesar do contexto pandémico vigente há mais de um ano e meio, a autarquia não deixou de responder aos seus compromissos, para além de investir onde foi mais necessário, com o foco no bem-estar das pessoas.

Salientou ainda “o investimento brutal que foi feito na educação, na saúde, no desporto, na requalificação da rede viária, no património municipal e, ainda, como

referiu há pouco o senhor presidente, ainda diminuimos a dívida”, não esquecendo de referir igualmente que a 23 de outubro de 2017 “existiam quase 10 milhões de valor total de dívida e em 2020, segundo os dados que constam nestes relatórios, diminuiu para cerca de 6 milhões e trezentos mil euros”.

Segundo a senhora vereadora, o Relatório de Gestão revela um acentuado decréscimo ao nível do montante de pagamentos em atraso ao longo dos últimos anos, sendo que a função social é aquela que apresenta um maior peso para a autarquia, com 58%. “Fazer mais e melhor para as pessoas”, conforme concluiu.

Por fim, apresentou a título de exemplo algumas das medidas, aprovadas em reunião de câmara, as quais tiveram um impacto significativo na população, no contexto da pandemia, entre as quais a desinfeção de ruas e de contentores RSU, a redução do tarifário da água, a suspensão do pagamento de rendas de habitação social, o protocolo de cooperação entre o Município e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcochete, a isenção de pagamento de refeições escolares aos alunos beneficiários do escalão B da ação social, o programa extraordinário de apoio ao movimento associativo e a isenção de taxas de ocupação da via pública para fins comerciais.

A senhora vereadora terminou a intervenção revelando um enorme orgulho enquanto autarca, uma vez que tem presenciado o crescimento do concelho, o qual tem acontecido de forma bastante equilibrada, proveniente de um trabalho precioso por parte do presente executivo, elevando o concelho “a um patamar superior, onde se irá viver com certeza com mais e melhor qualidade”.

O senhor vereador Pedro Louro apresentou algumas considerações em relação aos assuntos debatidos. Primeiramente, solicitou a confirmação da quebra de 330 mil euros na redução da água, face ao valor que estava inicialmente estimado.

De seguida, reforçou o trabalho realizado pela União Europeia no âmbito da presente crise económica, na qual Portugal não ficou esquecido, estabelecendo uma comparação com a crise de 2011. Neste prisma, considerou que o setor bancário

está mais forte e com mais capacidade na ajuda das famílias, nomeadamente através da existência de moratórias.

No contexto da autarquia, revelou que é de considerar sempre a contratação de operacionais, os quais nunca estão em excesso, revelando, em simultâneo, que fazem parte de áreas que podem ser movimentadas consoante as necessidades, mas que obrigam a uma atenção especial, na medida em que uma cobrança alta do IMI deverá ser concordante com a limpeza conveniente das ruas e de outros espaços públicos e na medida em que os funcionários detêm cargos “perpétuos” na autarquia, conforme caracterizou.

O senhor vereador Vasco Pinto fez uma intervenção, com uma nota prévia para o senhor vereador Pedro Louro no que diz respeito ao Plano Saneamento Financeiro, votado pelo próprio a favor, em assembleia municipal e, posteriormente, implementado.

No que diz respeito à crise financeira anterior, o senhor vereador assumiu que, para além do aproveitamento da retoma económica originária em 2015, houve uma mudança de paradigma na atitude do executivo face às prioridades, de que é exemplo a sua organização com apenas quatro elementos.

Assumi, de seguida, que faz parte do atual executivo com declarada honra, apesar de representar o CDS e declarar elevada honra face ao mesmo, destacando a prudência do executivo do PS na análise dos números e na definição das prioridades, tendo sempre em mente que as receitas obtidas não poderiam ser semelhantes às receitas do ano de 2018 ou de 2019.

A situação pandémica interferiu diretamente em todo este tipo de questões, diminuindo a receita e proporcionando o avanço de algumas obras públicas, principalmente nas áreas sociais e no apoio às pessoas. Obviamente que o setor da cultura ficou lesado, mas o senhor vereador esteve sempre atento às situações mais urgentes e, conseqüentemente, compreendeu as opções tomadas.

O senhor vereador terminou a intervenção reforçando o apoio no presente relatório, revelando que o seu compromisso para com o Município e os munícipes se centrou sempre em “fazer parte de uma solução”, criando consensos e ligações, seguindo a sua própria intuição e de acordo com a sua integridade.

O senhor presidente esclareceu o senhor vereador Pedro Louro no contexto da dúvida apresentada em relação ao valor total da redução da água, o qual deixou de estar disponível em orçamento, relacionando-se com o somatório do consumo e dos valores inerentes ao mesmo, como o saneamento e a taxa de resíduos, por motivos de implementação das medidas sociais extraordinárias.

O senhor vereador Pedro Lavrado fez uma intervenção recordando a situação da Simarsul e a dívida existente, revelando discordância com a solução apresentada anteriormente pelo Município, a qual contrariou a legislação em vigor. Referiu, ainda, que o tarifário foi atualizado, em 2020, com perda de receita para o Município, mas cumprindo a legislação.

Em 2018, o Município adquiriu uma viatura para a recolha de resíduos e candidatou-se aos fundos da área ambiental, mas a candidatura foi rejeitada porque o tarifário da água não cumpria a legislação, apesar das recomendações e dos avisos constantes por parte da ERSAR, desde 2015. Em 2020, já foi possível a aprovação da candidatura a alguns fundos ambientais.

Em relação ao Relatório da Prestação de Contas de 2020, o senhor vereador apresentou duas informações adicionais. A primeira, quanto à caracterização dos trabalhadores ativos, tendo-se registado 424 em efetividade de funções, num aumento de 52 trabalhadores e em 14% relativamente aos dados do ano anterior.

Visto que 247 são assistentes operacionais, concluiu que o Município tem elaborado um reforço da carreira, promovendo a contratação contínua de profissionais desta área, tendo em consideração que o número existente ainda não é o suficiente. No que diz respeito aos técnicos superiores, existem 83 trabalhadores, correspondendo a 20% do número total, e 78 assistentes técnicos, equivalendo a 18% do efetivo.

Em termos de estrutura etária dos trabalhadores do Município, em valores percentuais, 80% enquadram-se entre a faixa dos 35 aos 59 anos. No entanto, existem 10% na faixa dos 60 aos 64 anos e 1,5% entre os 65 e os 69 anos, sendo um valor a considerar para a situação de trabalhadores que já estão numa fase pré-reforma, conforme assumiu.

O senhor vereador reforçou, igualmente, a necessidade da contratação de mais assistentes operacionais e de mais trabalhadores para as funções de atendimento nos serviços públicos do Município.

De seguida, apresentou a segunda informação, referente ao grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2020, por si denominado de “notável”, com o valor de 61%, num ano totalmente atípico e as dificuldades inerentes, mas revelando um aumento considerável em relação ao ano anterior. Em 2019, o valor rondava os 40%, designado como o 3.º melhor grau de execução do Município.

No que diz respeito aos recebimentos do IMT, uma das receitas mais importantes da autarquia, o senhor vereador remontou a anos mais antigos, nomeadamente 2009 e 2010, de forma a demonstrar que os valores altos não são exclusivos do atual executivo do Município, porém, o grau de execução alterou exponencialmente.

Terminou a intervenção deixando uma nota aos trabalhadores da autarquia no âmbito do grau de execução, em particular à Divisão de Obras e de Manutenção de Equipamentos, pelo excelente trabalho realizado, com uma equipa relativamente reduzida, atuando em mais de uma centena de empreitadas no presente mandato.

“Continuamos com uma boa saúde financeira, diminuimos a dívida, reduzimos impostos, o IMI, a participação no IRS, a Derrama e no investimento, o trabalho está “à vista de todos” revelou ainda com declarado orgulho, pelo trabalho de 3 anos e meio, sempre com o foco na população e na prestação do serviço público.



O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção reforçando a dúvida apresentada anteriormente, quanto aos processos existentes em Tribunal. De seguida, reiterou o ponto de vista do vereador Vasco Pinto aquando da sua intervenção.

No que diz respeito ao processo da Simarsul, salientou que existiam mais municípios na mesma situação.

De seguida, reiterou a posição tomada anteriormente pela autarquia no aumento do valor da água em relação ao grande consumo do serviço.

O senhor presidente fez uma intervenção no sentido de esclarecer o senhor vereador Jorge Giro, revelando que não tornaria pública a informação das entidades com processos em contencioso, num total de 12 processos e o valor acima de 4 milhões de euros.

Em relação ao apoio jurídico do presente executivo, caracterizou de distinto do anterior, e referiu a situação do acordo com a Simarsul, o qual não foi anuído pelo atual executivo. Neste sentido, revelou compreensão pela atitude do executivo anterior pelo não pagamento à citada empresa, como forma de revelar discordância com o acordo em causa, com o risco de a autarquia incorrer em coimas.

O senhor presidente terminou a discussão, considerando que a concordância entre todos os eleitos tem sido o elemento fundamental para a execução dos projetos e dos investimentos, salientando a natureza legítima das propostas, com o propósito base de valorizar, primordialmente, as necessidades das pessoas.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor (3 do PS e 1 do CDS-PP) e 3 abstenções (2 da CDU e 1 PSD).

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro apresentou a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

«Sobre o ponto único da Ordem de Trabalhos (“Prestação de Contas 2020 e Relatório de Gestão de 2020”) da reunião de câmara extraordinária realizada em 31/05/2021 e da análise por nós efetuada, salientamos o seguinte:

1. Na continuidade dos dois anos anteriores, também neste ano de 2020, verificamos um valor significativo nas receitas da autarquia, sobretudo devido aos impostos diretos e indiretos (como exemplo, o IMI, IMT e IUC) cujos valores continuam a ser dos mais elevados de sempre do município.

Com integração do saldo de gerência no Orçamento temos um valor que ronda os €25.000.000,00, continuando este Executivo com os Orçamentos mais altos desde que existe Poder Local Democrático;

2. Assistimos a um aumento de trabalhadores em cerca de 14%, sem que esse mesmo aumento tenha reflexos significativos nas áreas operacionais, tais como os espaços verdes e muitas outras;
3. Tal como vem acontecendo desde 2018, igualmente assistimos a um aumento dos contratos de avença e tarefas, em 2020 em mais 28,25%.;
4. Embora todos saibamos que a Pandemia que atravessou praticamente todo o ano de 2020 inviabilizou a normal funcionalidade e atividade das famílias, empresas e autarquias, no caso do município de Alcochete, no que concerne aos impostos diretos e indiretos não se refletiu numa quebra.

Pelo que, entendemos que o resultado negativo no exercício do Ano de 2020 no valor de €1.383.829,25, se deveu a um mau controlo da despesa.

Também pelas razões expostas e em coerência com deliberações anteriores, os eleitos da CDU abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos.»

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:45 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.